

38º Encontro Anual da ANPOCS

GT36 - Sociologia da Adolescência e da Juventude

Alimentação, práticas de consumo e modelos culturais juvenis no
semiárido nordestino

Andréa Monteiro da Costa

IFRN - Campus Santa Cruz

andreamonteiro55@yahoo.com

Edmilson Lopes Júnior

UFRN

edmilsonlj23@yahoo.com

Natal (RN)
Agosto de 2014

Introdução

Se um viajante em uma noite qualquer, faminto e com algum dinheiro no bolso, adentrasse uma cidade situada no semiárido nordestino e questionasse a um transeunte sobre a melhor opção de jantar, não é de todo descartado que teria a indicação de uma pizzaria como opção. O fato poderia ocorrer em Apodi (RN), Monteiro (PB), Pau dos Ferros (RN) ou Petrolina (PE). Ao observador apressado, pareceria que o mundialmente famoso disco de massa fermentada coberta com queijo e ingredientes tão diversos e exóticos assomou à condição de prato comum no cardápio regional.

Curioso com a sugestão, o viajante poderia conferir, nas lanchonetes das áreas centrais de qualquer um dos municípios acima citados e de centenas de outros situados no mesmo espaço regional, que o hambúrguer, os salgadinhos ou o “churrasco gaúcho” são opções também disponíveis. Caso o viajante tenha veleidades sociológicas ou antropológicas e seja detentor de alguma leitura, mesmo que jornalística, sobre a globalização, ficará tentado a tirar substanciais conclusões a respeito das redefinições das paisagens alimentares no interior do Brasil. E essas apreensões, caso respaldadas por escritos a respeito do *deslocalização* das forças culturais e econômicas, poderiam ganhar a força de conhecimento do mundo social.

Ficção à parte, o caso acima é tomado como ponto de partida porque, e aqui vai um exercício de auto ironia, em algum momento de nossa empresa investigativa nos quedamos prisioneiros de construções discursivas como essas, ou similares a essas. Isso é explicável, pois as apreensões imediatistas, respaldadas em formulações de teorias genéricas, expressam toda a força (e o potencial enquanto armadilhas) do chamado saber “douto”. Funcionam ainda como muletas ideais para lidarmos com as pressões de respostas imediatas para questões complexas.

Em um campo onde, para lembrarmos aqui antiga lição, há um constante embaralhar de fronteiras entre a “opinião comum e o discurso científico” (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1999), é sempre bom levar em conta que a robustez analítica de qualquer que seja o aspecto do mundo social é diretamente proporcional ao seu afastamento de apreensões imediatistas. E essa não é uma tarefa das mais fáceis quando o nosso objeto de análise é a alimentação. Ou, mais concretamente, as redefinições (ou a continuidade) das práticas alimentares por pessoas de um determinado espaço regional. Para além do impressionismo e as tentações em confirmar as apreensões do “senso

comum douto” (Bourdieu, 1989, p. 44), temos que lidar com o fato de que se trata de uma dimensão da vida social sobre a qual temos (e queremos) dizer muito.

E se quem fala, quer dizer, quem diz não o diz nunca desinteressadamente. O que significa que não é possível ignorar que a análise de práticas alimentares, especialmente de jovens e adolescentes, não pode ser consequentemente efetivada sem a consciência de que há uma forte disputa sobre os sentidos (e a autoridade de dizê-las) dessas práticas. A ampla literatura sobre a alimentação, nutrida por produções oriundas de tradições científicas, literárias e artísticas as mais diversas, é apenas uma das expressões da luta pelo poder de definir o que é significativo e “real”. Sidney Mintz e Christine Du Bois, por exemplo, em memorável revisão bibliográfica, publicada há mais de uma década, apontava o quanto as interpretações a respeito da alimentação, no terreno da antropologia, traduziam o embate entre as explanações do materialismo histórico e cultural VS. estruturalismo e análises simbólicas na produção de narrativas a respeito do comportamento humano (Mintz & Du Bois, 2002, p. 100).

Essa excitante discussão somente pode ser aqui anunciada, pois o nosso objetivo é mais modesto: descrever algumas das práticas de consumo alimentar de jovens e adolescentes de escolas públicas com o fito de compreender mudanças e continuidades na sociabilidade juvenil. Dito de outra forma: até que ponto essas práticas de consumo alimentar revelam a emergência de sociabilidades juvenis ancoradas em novos modelos culturais? Dois pressupostos iluminaram a nossa aventura de pesquisa. O primeiro é o de que o “novo”, no que diz respeito aos fatos do mundo social, necessita mais ser buscado e identificado do que tomado como ponto de partida. O segundo se assenta na proposição de que o que comemos e como comemos constituem-se em ângulos privilegiados para perscrutar a vida social ordinária.

No que diz respeito ao segundo pressuposto, diga-se de passagem, que autores como Mary Douglas e Pierre Bourdieu forneceram aportes incontornáveis a respeito das dimensões simbólicas das práticas alimentares. A compreensão da comida como “comunicadora” (Douglas & Isherwood, 2004) ou a sua apreensão como elemento de distinção social (Bourdieu, 2007) são aportes sociológicos que já fazem parte da “atmosfera sociológica” do nosso tempo. E, em assim sendo, balizam, mesmo quando

não são competentemente referenciadas, muitas das investidas sociológicas no *campo da alimentação*¹.

A escolha de adolescentes e jovens como sujeitos de pesquisa nos joga em um universo igualmente profuso de produção discursiva, aquele a respeito de jovens e da juventude. Nos limites territoriais da província disciplina da sociologia é muito comum que os pesquisadores que intentem assestar as suas baterias analíticas sobre os universos jovens e adolescentes, de forma quase ritualística, façam profissão de fé ao construtivismo sociológico. Tudo se passa como se a referência a algum recorte teórico que indique a historicidade e contextualização ocidental (e recente) do polissêmico termo juventude pudesse funcionar como uma vacina contra os fantasmas do essencialismo e da naturalização. Como se a passagem da primeira idade à idade adulta não fosse, na maioria das sociedades conhecidas, marcada por uma transição e por processos e eventos demarcadores. Com essa escolha, não raro, a objetivação das categorias de análise é feita pela metade.

Menos investimentos teóricos são feitos em relação à adolescência. Não raramente, esta é uma etapa existencial subsumida nas referências mais gerais a respeito da juventude. Muito embora, como aponta Galland (2003), essa produção, provocada pelo desenvolvimento de estudos em disciplinas ou campos interdisciplinares, como a psicologia e a neurociência, tenha aumentada significativamente nos últimos anos.

Ter consciência do que se fala e de que lugar se fala, especialmente em torno de dimensões tão decisivas para a inteligibilidade da vida contemporânea quanto juventude e alimentação, eis um pré-requisito importante para qualquer pesquisador. Para responder a este desafio, que é sempre mais fácil de anunciar do que de realizar, dedicamos a seção a seguir, não para uma revisão bibliográfica – longe disso! – e menos ainda para um pretensioso ajuste de contas – que justificasse um pretensioso título como “estado da arte” –, mas, sim para um exercício que é de auto-objetivação sem deixar de sê-lo, para os autores, também de auto-esclarecimento. Na seção seguinte, em poucas linhas, apresentamos os dados e o contexto da pesquisa. Em uma terceira seção,

¹ Em verdade, se há algum sentido em utilizarmos a expressão “campo da alimentação” é mais em sentido alegórico, pois, para servir como bússola para a compreensão de instituições, posições e disputas que ocorrem em torno das práticas alimentares em uma sociedade dada, a noção de campo necessita ser alicerçada em referenciais empíricos robustos. Isso porque, como podemos constatar com uma simples zapeada nos canais de TV a cabo, um simples espaço como aquele constituído em torno da oferta de receitas alimentares, exige uma atenção redobrada para entender como alguns atores ascendem à condição de “pedagogos” da boa comida. Um exercício, fascinante sem dúvida, que nos levaria aos fundamentos mágicos desse campo, mas também uma tarefa que está fora do escopo intencionado para este trabalho.

apresentamos alguns dados e introduzimos algumas reflexões sobre os mesmos. Finalmente, na parte relativa às considerações finais, apontamos algumas conclusões e desafios analíticos.

Devemos ressaltar, antes de prosseguir, que, neste trabalho, dado o formato de nosso universo de pesquisa, abrigamos nos termos “jovens” e “juventude” indivíduos situados em faixas etárias comumente identificadas como constituindo a adolescência. Mas essa é uma escolha pragmática, não epistemológica ou teórica.

As palavras e o jogo no campo: juventude e alimentação

Nunca é demais relembrar que a proposição bourdieusiana de que a “juventude é apenas uma palavra” tinha, no contexto em que foi emitida, o objetivo de colocar em questão a naturalização da então chamada “questão da juventude”. De viés, o sociólogo apontava para o arbitrário social existente em todo processo de delimitação de fronteiras categoriais a partir da idade, algo ainda hoje tão comum nas pautas do jornalismo ou nas demandas, sempre premidas pelo presenteísmo, dos nossos gestores públicos.

Mas a variabilidade histórica da aplicação do termo juventude, não raro servindo de amálgama para adolescentes, pré-adolescentes e até crianças, não é pequena. E a idade cronológica, normalmente tomada como referente de categorização de adolescentes e jovens, pode muito ser redefinida dependendo dos contextos e dos embates políticos e culturais centrais de cada sociedade.

Nas abordagens sociológicas mais relevantes das últimas décadas, caminhamos de uma situação na qual a juventude era abordada a partir de elementos identitários comuns, os quais serviam de referentes para discussões a respeito da identidade ou da já mencionada “questão da juventude” para outra, mais atual, na qual a juventude (e adolescente) deixa de indicar partilha de identidades ou demandas e passa a ser encarada como plural e “problemática”. E é enquanto problemática (no sentido de fonte de problemas) que a juventude adolece e se pluraliza. E nessa pluralidade transmuda-se em sintagmas que atravessam as fronteiras porosas entre o senso comum e a análise pretensamente científica: “delinquência juvenil”, “gravidez na adolescência”, “obesidade infanto-juvenil”, “violência juvenil”, etc.

Ora, o uso dos termos acima identificados não é anódino; traz implicações substantivas. Sendo a mais saliente destas, como mencionamos acima, a identificação de jovens e adolescentes com problemas que demandam ações de outrem, de

instituições. E estas têm a sua legitimidade diretamente relacionada ao reconhecimento da urgência social das demandas que buscam atender (enfrentar). Lembremos o fato de que em quase todos os governos contemporâneos existem ministérios da juventude.

Se pensarmos na quantidade de atores sociais envolvidos na disputa por um lugar ao sol no automeado “campo das políticas públicas para a juventude” teremos uma primeira cartografia desse expressivo campo social que é aquela da produção discursiva sobre a juventude. Um campo que se materializa nas ações e discursos de membros de governos, empresários de consultorias, membros de ONGs e analistas oriundos de disciplinas tão variadas quanto a sociologia, a psicologia, a medicina, a ciência política, o direito e o serviço social, para não esticar demais a lista.

O efeito não-intencional dessa abordagem predominantemente institucional (no sentido de construído a partir da perspectiva de instituições) da juventude é o pouco destaque à *capacidade de agência* (agency)² dos jovens. É como se o agenciamento e as escolhas produzidas por estes fossem efêmeras, desmerecedoras de maior investida analítica.

No que diz respeito ao consumo alimentar, a postura acima exposta encontra referentes e percepções do senso comum que confirmam o enquadramento do agenciamento jovem como problema. Não raro, somos submetidos a sedução da medicalização de processos sociais complexos, como o são aqueles de ajustamento (e adequação) dos capitais familiares (especialmente nas suas espécies econômicas e culturais) aos capitais sociais dominantes nos espaços escolares e de sociabilidade. Obesidade, bulimia e anorexia, dentre outros “problemas”, que, em parte, são subprodutos de um ajustamento do habitus³ (e, portanto, dos capitais pessoais e familiares), não raramente, ganham esse banho de medicalização (ou psicologização).

² Seguindo Giddens (2003), definimos agência (ou, como preferimos, capacidade de agência) como a capacidade de “causar mudança”. Para ficar mais claro, mesmo incorrendo na deselegância estilística, citemos por completo o autor mencionado: “*Agência não se refere às intenções que as pessoas têm de fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que ‘agência’ subentende poder ...). ‘Agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é p perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente*”. (pp. 10-11).

³ Para situar a que estamos nos referindo, recortamos uma das definições fez da noção de habitus: “...os agentes são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas *porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem*”. (Bourdieu, 2001, p. 169).

Essa postura, não raro, termina por subsumir a análise científica em bem intencionadas exortações morais.

Ora, poder-se-ia objetar, mas a obesidade e o consumo de *Junk Food*, para citar apenas duas das questões que articulam alimentação e juventude tanto em discursos midiáticos quanto em produções acadêmicas, não são meros dados de realidade? Fatos a espera de interpretações? A separação entre fato e interpretação, um dos pilares da maioria das práticas científicas modernas, não é tão nítida quanto se supõe. Assim, a simples apresentação de dados estatísticos a respeito da obesidade, para ficar em um dos exemplos, já representa uma pré-interpretação da realidade. E essa pré-interpretação, como sói ocorrer com todas as temáticas legitimadas como “problemas sociais” dignas de serem tomados como objetos de investigação social, nunca são alçadas a essa condição gratuitamente.

Por isso, incursões analíticas sobre essas “questões” quase sempre terminam por pagar tributos aos saberes disciplinares que confirmam posições que se situam no topo do campo de saber sobre juventude e alimentação. Esses saberes, oriundos de disciplinas como a medicina, a psicologia ou a pedagogia, produzem estoques de conhecimentos que possam ser imediatamente aproveitados por profissionais cuja existência depende exatamente da legitimação do fato de a juventude ser tratada como referente para problema(s).

E, por último, há que se ter em conta que, para além das disputas em campos de saber que procuram ter o monopólio do discurso legítimo sobre a alimentação de adolescentes e jovens, temos também a luta entre novas e velhas gerações. Lutas que, conforme nos indica em texto famoso Bourdieu, são a tradução da diferença “entre estados diferentes da estrutura de distribuição de bens e de oportunidades de acesso aos diferentes bens” (Bourdieu, 1983, p. 118).

Material e métodos

Os dados que fornecem os suportes para a elaboração do presente texto são oriundos de um survey aplicado junto a estudantes do ensino médio de escolas das redes públicas e privadas de municípios situados em duas regiões distintas e singulares do semiárido nordestino. Na primeira, aquela do Vale do São Francisco (situada na área fronteira entre Bahia e Pernambuco), os entrevistados foram, majoritariamente, do município de Petrolina (PE). Também tivemos entrevistados de Juazeiro (BA), Sobradinho (BA),

Remanso (BA), Casa Nova (BA) e Cabrobó (PE). Na segunda, Vale do Apodi, no Oeste do Rio Grande do Norte, os entrevistados foram exclusivamente estudantes do município de Apodi.

Inserido em uma pesquisa maior que objetiva “*analisar a conexão entre a emergência de novos hábitos alimentares e a redefinição do mercado de produtos agrícolas no semiárido nordestino*”, o survey teve 232 respondentes. Para a aplicação do questionário em escolas do Vale do São Francisco, contamos com o apoio de estudantes do IF Sertão Pernambucano – Campus de Petrolina. Em Apodi, os questionários foram aplicados pelos próprios autores.

No que diz respeito à amostragem, dado a limitação de recursos, optamos por uma amostra não-probabilística. Com essa orientação, escolhemos duas das regiões mais representativas do semiárido nordestino, espaço regional definido para o desenvolvimento do projeto de pesquisa maior, já mencionado.

Além dos dados resultantes desse survey, mobilizamos ainda informações obtidas por um dos autores - autora, em verdade – na sua condição de docente do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão - Campus Petrolina). A atividade de ensino eliminou barreiras e possibilitou uma interação mais substantivas com os sujeitos da pesquisa.

Em relação ao tratamento dos dados, destacamos os seguintes softwares: SPSS, para o cotejamento das respostas fechadas do questionário; e *TEXStat*, para auxiliar na análise das informações das questões abertas do mesmo questionário.

Na elaboração do questionário, levando em conta o objetivo maior do projeto de pesquisa no qual o survey se inseria, questionamos onde comiam e o que comiam os entrevistados nas refeições do dia. Na definição destas, tomamos como referência o que Barbosa (2007) identifica como “sistema de refeições do Brasil” (p. 93): “café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche”. Obviamente, temos consciência de que se a generalização desse “sistema” para todo o Brasil precisa ser, pelo menos, relativizado, não é menos verdadeiro que, ao menos como referência, ele faz parte do imaginário alimentar nacional.

Sobre os respondentes, vale a pena ressaltar alguns dados, pois, os mesmo permitirão, na leitura dos resultados, uma apreciação mais criteriosa. No que diz respeito ao sexo, conforme apontamos no quadro 01, a maioria dos respondentes é do

sexo feminino, o que é uma boa representação da distribuição das matrículas nos universos pesquisados.

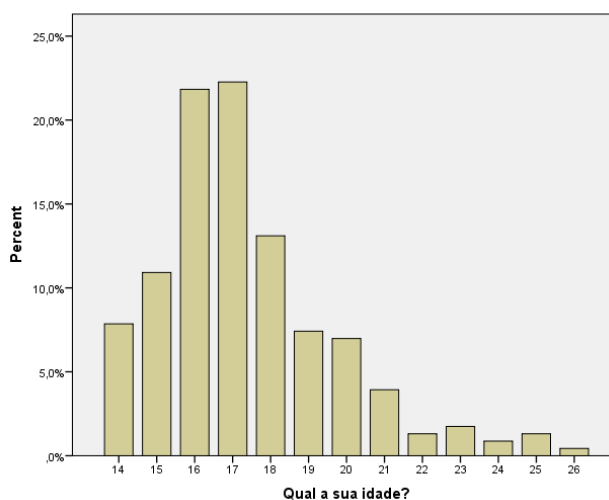
Quadro 01: Distribuição por sexo dos(as) respondentes

		Frequência	Percentual	Percentual válido
Válidos	Masculino	95	41,5	42,0
	Feminino	131	57,2	58,0
	Total	226	98,7	100,0
Total		229	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Outro dado preliminar importante de ser apresentado é o da idade dos (as) entrevistados (as). No gráfico 01, abaixo, a distribuição dos/as entrevistados por idade. Percebe-se a clara concentração de respondentes na faixa etária dos 15 aos 18 anos.

Gráfico 01: Distribuição por idade dos/as respondentes



Fonte: Elaboração própria

Por último, há um dado importante a ser considerado, especialmente levando-se em conta o lócus de aplicação dos questionários, que é o local de moradia dos entrevistados: se na zona urbana ou na zona rural. Dentre outros aspectos, porque essa dimensão impacta fortemente nos cardápios e nas escolhas alimentares.

Quadro 02: Local de moradia dos entrevistados

		Frequência	Percentual	Percentual válido
Valid	Zona urbana (cidade)	161	70,3	72,9
	Zona rural	60	26,2	27,1
	Total	221	96,5	100,0
Missing	System	8	3,5	
Total		229	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Um último dado diz respeito ao universo escolar dos respondentes. Nesse caso, vale a pena registrar que pouco mais de 5% dos/as respondentes foi de estudantes pertencentes à rede privada de ensino.

Onde se come e o que se come: as sociabilidades juvenis e o consumo alimentar

Uma aproximação com os resultados da pesquisa nos leva a constatar a grande aderência do universo social pesquisado ao “sistema de refeições do Brasil” (Barbosa, 2007), mencionado mais acima. Como é possível se observar no quadro 03, mais de 70% dos respondentes realizam todas as refeições do referido “sistema”. Obviamente, a generalização desse dado não pode ser feita sem outras aferições. Isso porque o corte geracional é uma variável importante a se levar em conta no padrão alimentar de uma determinada população.

Quadro 03: Refeições realizadas

	Faz a refeição	Não faz essa refeição
Café da manhã	93,9	6,1
Lanche da manhã	78,3	21,7
Almoço	98,7	1,3
Lanche da tarde	94,3	5,7
Jantar	98,7	1,3
Lanche da noite	72,4	27,6

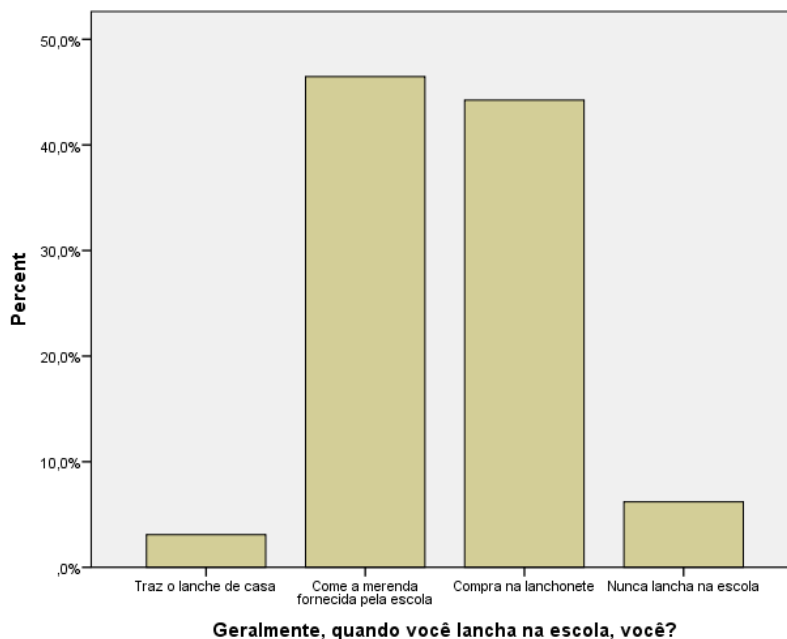
Fonte: Elaboração própria.

Feito esse cotejamento, uma questão se impõe: quais os dados da pesquisa que legitimam proposições a respeito da sociabilidade juvenil no universo social investigado? Um ângulo para nos aproximarmos dessa dimensão é aquele das refeições realizadas nos chamadas “lanches” (da manhã e da tarde). No que diz respeito às escolas, especialmente àquelas da rede pública, base de nossa pesquisa, essas refeições estão imediatamente conectadas com o intervalo das aulas e com a merenda escolar.

Sobre a merenda escolar, vale a pena ressaltar que no universo da pesquisa, em que pesem as intermitências na sua oferta, a mesma é uma referência incontornável para os entrevistados. Há demandas e reclamações, mas também defesas aguerridas, por parte dos próprios estudantes e pelos gestores escolares, da sua continuidade e ampliação. O gráfico 02, abaixo, indica a importância que a merenda escolar (fornecida pelo Estado) ocupa na alimentação dos entrevistados. Trata-se, sem dúvida, de um recorte que não pode ser generalizado, seguindo de perto os insights analíticos

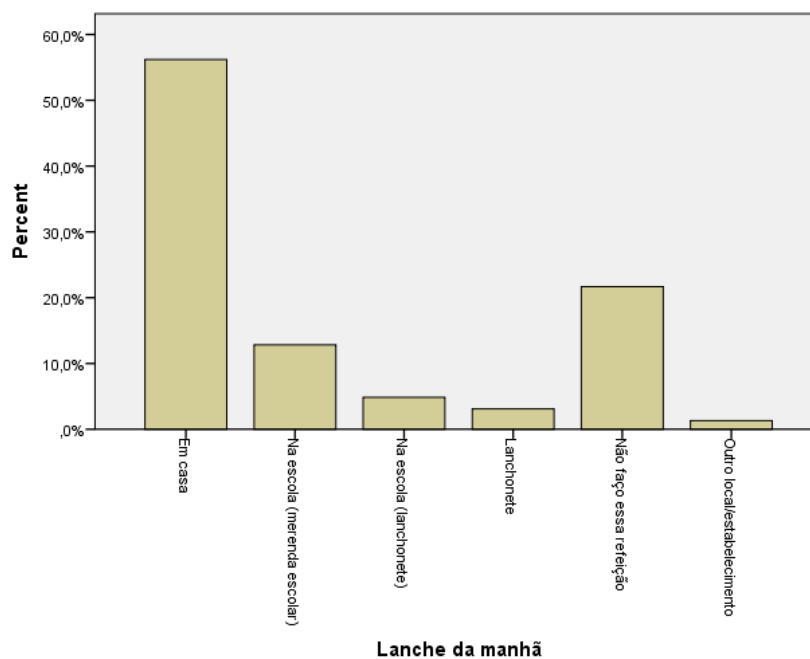
propostos por Bourdieu (1983), para toda a “juventude”, mas que expressa bem experiências e tensões de jovens e adolescentes do universo social pesquisado.

Gráfico 02: Peso da merenda escolar nos lanches realizados na escola.

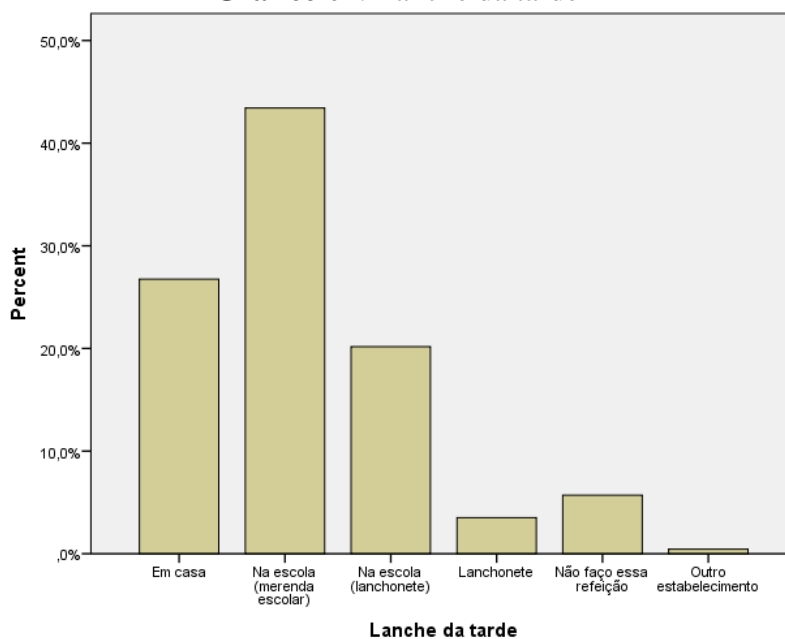


Fonte: Elaboração própria.

A insatisfação dos estudantes com a comida oferta pelas escolas da rede pública de ensino não é uma exclusividade brasileira. Em pesquisa alicerçada em metodologia qualitativa, realizada na Inglaterra, Fletcher (2014) relata como essa percepção é forte entre os estudantes de escolas que, no Brasil, seriam de ensino médio. Na nossa pesquisa, procuramos saber onde os estudantes realizam os seus “lanches” da manhã e da tarde.

Gráfico 03: Lanche da manhã

Uma primeira observação a respeito do gráfico acima é a constatação de que menos de 20% dos respondentes não fazem o lanche da manhã. O fato de a maioria ter respondido que realiza os lanches da manhã em casa, embora explicável pelo fato de a maioria dos entrevistados estudarem no turno vespertino, fizemos questão de inserir o gráfico acima porque o mesmo expressa um traço do comportamento dos estudantes em relação à alimentação o qual será explorado analisado mais adiante. Já em relação ao lanche da tarde, conforme aponta o gráfico 02, mais de 60% o realizam na escola, sendo que 75% destes se alimentam com a merenda escolar.

Gráfico 04: Lanche da tarde

Antes de prosseguir, um esclarecimento se faz necessário: os 43,4% que comem a merenda oferecida na escola representam quase o dobro dos estudantes que aceitam comida na escola (16,5%) no Nordeste do Brasil, conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2012⁴, realizada pelo IBGE. Situa-se também acima do percentual de estudantes de escolas públicas da região que optam por ela (23%), que, como sabemos, tende a se situar sempre acima da média geral das escolas. Em parte, esse fato se explica pelo fato de uma parte significativa dos respondentes serem estudantes de Institutos Federais, os quais oferecem merenda escolar com regularidade, continuidade e uma qualidade acima da média do que é ofertado na rede pública de ensino.

O momento da merenda escolar é expressivo sociologicamente no que diz respeito à sociabilidade que suscita no interior da escola. Essa é uma situação que se pode constatar em uma simples visita a uma escola da rede pública. A fila da merenda é um momento em que o relaxamento das normas e do controle ganha certa legitimidade. Isso ocorre mesmo quando, como é o caso das unidades dos Institutos Federais, o controle institucional não se faz de todo ausente, dado que existem funcionários dedicados a lembrá-los que há limites. E a própria presença de funcionários com a função de exercer algum controle sobre os estudantes para incentivar o constante teste dos limites das transgressões.

⁴ A respeito, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default_pdf_tabela_2_4.shtm

Os momentos propiciados pela comida da merenda escolar são também aqueles nos quais os contatos entre os estudantes assumem um conteúdo, que, sociologicamente, poderia ser entendido como mais próximo do que Georg Simmel identificou como sociabilidade, a “*forma lúdica de sociação*” (Simmel, 2006, p. 65). Em outras palavras, temos interações mais gratuitas e não modeladas pelas pressões institucionais. Obviamente, também temos a institucionalização de grupos, particularmente àqueles impulsionados por escolhas religiosas, como é o caso dos estudantes evangélicos. Ou, mais precisamente, e aí a dimensão de gênero é um viés a não ser esquecido, das estudantes evangélicas. No universo escolar pesquisado, era comum avistá-las juntas no momento da merenda.

Quando dirigimos a nossa atenção no que eles e elas consomem no lanche, observamos que a presença de itens constitutivos do que comumente se denomina de *junk food* é menos significativa do que se imagina. É o que se depreende da leitura do quadro abaixo, formulado a partir do tratamento através do *TEXTStat* da frequência de respostas a uma questão aberta inserida no questionário aplicado.

Quadro 04: Alimentação no lanche da manhã

Suco de frutas	56
Frutas	37
Salgados	22
Bolacha	21
Café	20
Biscoito	19
Merenda Escolar (o que tiver na)	13
Refrigerante	12
Bolo	11
Leite	09
Iogurte	08
Arroz	07
Vitamina de frutas	07
Outros*	15

Fonte: Elaboração própria

* Itens com apenas uma indicação cada

No lanche da tarde, as percepções comuns a respeito do predomínio de um cardápio empobrecido, constituído por alimentos com elevados teores de açúcar e gordura saturada, encontra mais referentes para sua validação. É o que se depreende em uma primeira leitura do quadro abaixo.

Quadro 05: Alimentação no lanche da tarde

Suco de frutas	54
Salgados	32
Biscoito recheado	25
Bolacha/biscoitos e bolinhos	25
Café	20
Merenda escolar (o que tiver na)	13
Bolo	11
Frutas	11
Pão	11
Refrigerante	11
Leite	9
Arroz	7
Vitamina de frutas	7
Iogurte	6
Outros*	16

Fonte: Elaboração própria

* Itens com apenas uma indicação cada

O consumo de biscoitos recheados e salgados, itens de consumo excluídos das opções possíveis para a geração dos seus pais, não deixa de ter também um sentido de auto-afirmação. Nas nossas conversas com os estudantes, ao inquirirmos sobre o porquê do consumo de produtos como biscoitos recheados, salgados e achocolatados, embora tivéssemos, geralmente, respostas evasivas ou claramente defensivas (“mas é só hoje, para comer uma coisa diferente”), pudemos constatar que esse consumo está relacionado à afirmação de autonomia (“comer o que a gente quer e tem vontade”) e a rejeição um tanto quanto difusa ao que poderíamos denominar de “pedagogia alimentar”. Esta pedagogia, cujo discurso rebate no espaço escolar, se concretiza através da mobilização de um saber científico, oriundo do campo da nutrição, para desautorizar as escolhas e aprendizagens alimentares dos estudantes.

Não se pode igualmente esquecer que o consumo dos produtos alimentícios acima elencados também corresponde a uma necessidade de diferenciação. Não é nossa intenção transplantar mecanicamente aqui um esquema explicativo aplicado à práticas culturais em dimensão nacional como é o caso da noção de “distinção”, mobilizada por Bourdieu (2007) para a compreensão sociológica das práticas de consumo de bens culturais na sociedade francesa. Trata-se apenas de, com base em registros oriundos da observação do comportamento dos estudantes no horário dos intervalos (e dos “lanches”), reafirmar essa obviedade comumente esquecida quando se trata da

alimentação juvenil: eles e elas têm *boas razões*⁵⁵ para escolherem o que escolhem para comer nos seus lanches e não são meros robôs consumidores de produtos que lhes são impostos pela globalização, como são apresentados em certas narrativas supostamente críticas a respeito das práticas alimentares juvenis na atualidade.

Não se pode esquecer essa obviedade, não raro sublimada, que é o fato de que as práticas alimentares são, antes de tudo, alicerçadas no prazer. E prazer e vida saudável nem sempre se articulam harmonicamente no discurso institucional da escola. Muito pelo contrário, os prazeres e alegrias de jovens e adolescentes, traduzidos em provocações, insinuações sexuais e uso intenso de dispositivos eletrônicos móveis (ipods, telefones celulares, notebooks, etc.), dentre outros, choca-se com um modelo cultural de educação ainda alicerçada em uma relação hierárquica de transmissão de “saber”.

Para evitar mal-entendidos, faz-se necessário esclarecer que não estamos desconsiderando (e nem negando a relevância social) de problemas como a obesidade e a dieta alimentar pobre, mas apontando que a sua configuração em cada universo social necessita ser delineada com base em referentes empíricos. Esse o caminho para superar a reprodução de “soluções” do senso-comum e daquelas alicerçadas na medicalização da vida social. Não apenas pela sua ineficiência, mas também porque estão assentadas na desconsideração do universo social, das experiências cotidianas e dos sentidos atribuídos às suas práticas alimentares pelos estudantes do ensino médio.

Feita a ressalva acima, vale a pena nos confrontarmos com outro dado da dieta alimentar de nossos entrevistados.

A percepção socialmente dominante de que a dieta alimentar de adolescentes e jovens estudantes brasileiros caracteriza-se pela adesão aos alimentos globalizados parece não se sustentar quando levamos em conta o que eles e elas comem e bebem no jantar. O quadro 06, mais abaixo, indica-nos outra direção para análise.

⁵⁵ O uso do termo “boas razões” tem aqui um sentido que é abertamente provocativo. O fato de um ator ter boas razões para fazer o que faz não significa que essas razões sejam moralmente (ou do ponto de vista estritamente nutricional) boas. O que isso quer dizer? Que o que comumente se designa como forças estruturais somente através de ações realizadas por atores concretos. Isso não significa, e aqui estamos nos apropriando de insights possibilitados pela “teoria da estruturação” (Anthony Giddens), qualquer consideração a respeito da “consciência” (ou da consistência) do ator em sua escolha. Trata-se tão somente de por no lugar, também no que diz respeito às escolhas alimentares de jovens e adolescentes, a questão do agenciamento ou da capacidade de agir, conforme anteriormente apontado. Essa é uma discussão fecunda em uma das principais obras de Giddens (2003) e que não é contraditória, mas articulável, com as proposições bourdieusianas em defesa de uma teoria da prática, que, direta ou indiretamente, subjaz ao presente exercício analítico.

Quadro 06: Alimentação no jantar

Suco	73
Sopa	71
Arroz	53
Pão	47
Carne	41
Cuscuz com leite	39
Feijão	35
Macarrão/macarronada	34
Café	32
Refrigerante	18
Leite	14
Sanduíche	14
Cuscuz com ovo	9
Biscoito/bolacha	9
Baião de dois	7
A mesma comida do almoço	7
Ovos	7
Bolo	4
Frango	4
Fruta	4
Legumes	3
Vitamina	3
Almoço	2
Lingüiça	2
Pizza	2
Outros *	15

Fonte: Elaboração própria

* Itens com apenas uma indicação

O que o quadro acima aponta é a presença significativa não apenas de alimentos que constituem o que se convencionou denominar de “cardápio regional nordestino”, como é o caso do cuscuz com leite, mas também dos elementos constitutivos da dieta alimentar tradicional das classes populares (feijão, arroz, sopa, canja). Obviamente não é desprezível o consumo de produtos que, tomados isolados das formas de seu consumo, expressariam a “deslocalização alimentar” (Suremain & Katz, 2008), como é o caso do macarrão. Entretanto, como apontaria uma etnografia das práticas alimentares no semiárido nordestino, o espaguete é regionalmente adaptado, introduzindo-se no jantar como um dos ingredientes da sopa, ou, como é mais comum, como um complemento ao feijão e ao arroz que sobraram do almoço.

A predominância do cardápio tradicional, em que pese a não insignificância do consumo de sanduíches e refrigerantes, articula-se com outra dimensão das práticas alimentares desses jovens e adolescentes que é a realização de suas refeições principais no espaço doméstico. Esse dado, confirmado pelo quadro 07, parece indicar-nos que a família ainda tem um peso decisivo enquanto estrutura delimitadora das sociabilidades juvenis e adolescentes.

Quadro 07: Onde as principais refeições são realizadas

Refeição	Lugar onde é realizada (%)				
	Em casa	Na escola (lanchonete ou merenda)	Lanchonete/Restaurante	Não faço essa refeição	Outro
Café da manhã	87	3,5	1,7	6,1	0,9
Almoço	89	0,4	6,6	1,3	2,6
Jantar	93,4	2,1	2,2	1,7	0,4

Fonte: Elaboração própria

O elevado número de respondentes que realizam as três refeições confirma, para o contingente pesquisado, um dado que as pesquisas sobre hábitos alimentares dos brasileiros têm apontado já alguns anos. É o que constatava Barbosa (2007), com base nos dados da pesquisa sobre Hábitos Alimentares dos Brasileiros de 2006.

Focalizemos novamente, e agora de forma ampla, o conteúdo das refeições dos jovens e adolescentes estudantes do semiárido.

Quadro 08: Consumo alimentar semanal

Alimento	Vezes em que consome por semana (%)			
	Nenhuma	Uma a duas vezes	Três a cinco vezes	Mais de cinco vezes
Arroz	1,8	10,6	24,0	63,6
Feijão	4,8	16,3	24,2	54,6
Pães	10,2	23,1	33,8	32,9
Suco natural de frutas	7,5	28,6	34,4	29,5
Leite	23,2	25,9	25,0	25,9
Frutas	8,4	31,9	41,2	18,6
Macarrão	13,2	37,4	31,3	18,1
Cuscuz	7,6	36,3	38,1	17,9
Verduras e hortaliças	20,7	40,5	24,7	14,1
Refrigerante	24,6	37,1	25,4	12,9
Frango	8,8	49,8	28,6	12,8
Chocolate	20,5	39,5	28,1	12,1
Achocolatado	27,7	35,3	21,4	11,6
Ovos	25,3	43,1	21,8	9,8

Biscoito recheado	25,4	37,9	26,8	9,8
Sorvete/picolé	24,9	43,9	21,7	9,5
Coxinha/empadinha	28,9	42,2	20,9	8,0
Biscoito salgado	25,4	45,5	21,9	7,1
Carne de boi	24,0	50,7	19,6	5,8
Iogurte	34,7	40,0	20,9	4,4
Sanduíche	31,7	41,9	22,5	4,0
Doce de leite	60,9	32,0	3,1	4,0
Outros doces	44,6	40,2	11,6	3,6
Bolo	24,2	48,9	23,1	3,5
Peixe	42,3	45,8	9,3	2,6
Farofa de farinha de mandioca	45,5	39,6	12,6	2,3
Doce de goiaba	67,9	25,4	4,5	2,2
Batata frita	63,0	28,2	6,6	1,3
Carne de carneiro	71,6	24,3	3,5	0,9
Carne de porco	63,0	33,0	3,1	0,9
Pizza	53,8	36,0	9,3	0,9
Macaxeira	38,3	47,2	13,9	0,9
Lingüiça	53,6	41,0	5,0	0,5

Fonte: Elaboração própria.

Os itens elencados acima, incluídos no survey pelo seu aparecimento em um questionário com perguntas abertas aplicado previamente, apontam o quão pouco sustentáveis são as teses da homogeneização dos padrões alimentares. Em primeiro lugar, como revelam as indicações de muitos produtos (arroz e feijão) que já são partes do cardápio alimentar brasileiro há bastante tempo. E, levando-se em conta o que foi apontado no quadro 07, concluímos que essas comidas são preparadas no espaço doméstico, carregando, portanto, na sua preparação e apresentação, as marcas da tradição. Em segundo lugar, porque a rugosidade local não é eliminada, como o comprova a presença de cuscuz no cardápio.

Obviamente não se pode desconsiderar a presença e quantidade de vezes em que se consome semanalmente produtos típicos do que poderíamos denominar de globalização alimentar (tomada aqui como sinônimo de pausterização e uniformização da comida)⁶. Referimo-nos a itens como chocolate, achocolatado, refrigerante e sanduíche. Mas estes produtos, conforme podemos aferir no levantamento a respeito do

⁶ A uniformização passa por outro registro: àquele da produção. Na verdade, consome-se, como há séculos, arroz e feijão. Mas estes produtos estão agora sob controle, na sua produção (direta ou indiretamente), de grandes grupos. Nesse sentido, não são apenas as marcas de feijão e arroz que se reduzem nas prateleiras dos supermercados, mas também, e principalmente, as espécies. Com esse ganho analítico, percebemos como a globalização alimentar prescinde da modelação geral do cardápio, pois, este pode muito bem ser amoldado aos novos formatos de produção agrícola.

consumo nos lanches, são mais fortemente consumidos fora do espaço doméstico, na escola.

Conclusões

A partir de dados sobre como, onde e o quê comem estudantes do ensino médio em duas micro-regiões do semiárido nordestino, esboçamos algumas proposições a respeito da conexão entre práticas alimentares, sociabilidades juvenis e modelos culturais. O fio condutor da análise foi o pressuposto de que o consumo de alimento é mais, bem mais, que o preenchimento de uma necessidade física. Mais que uma resposta a uma demanda biológica, o consumo alimentar é carregado de significados.

No caso de estudantes jovens e adolescentes, no que diz respeito às suas práticas alimentares, conjugam-se lugares-comuns produzidos pela pedagogia das boas intenções com a produção de discursos de saber (e poder) que os tomam como agentes passivos de forças sociais translocais (sistemas alimentares globais, por exemplo). Postura equivocada não apenas pela generalização, mas também porque se queda prisioneira das visões apressadas, ancoradas na pauta do jornalismo mais sensacionalista.

As práticas alimentares de jovens e adolescentes, especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito da escola, servem de base para percepções aligeiradas de subordinação aos modelos culturais da globalização alimentar. Ao se contentar com essa leitura do mundo social, perde-se a parte mais substancial do consumo alimentar desenvolvido pelos estudantes: a produção de sociabilidades juvenis, bases e alavancas do que poderíamos denominar, contando com uma dose de generosidade compreensiva do leitor, de “contra-cultura escolar juvenil”.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Livia. “Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros”. *Horizontes Antropológicos*, vol. 13, nº 28, 2007.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J.C. *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007.

_____. *Meditações Pascalianas*. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. “A juventude é apenas uma palavra” in: P. Bourdieu, *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. in: P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrando Brasil, 1989.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens: Para uma antropologia do consumo*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

FLETCHER, Adam. “We’ve got some underground business selling Junk Food’: qualitativve evidence of the unintended effects of english school food policies”. *Sociology*, vol. 48, nº 3, 2014.

GALLAND, Olivier. “Adolescence, post-Adolescence, youth : revised interpretations”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 44, 2003.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da Sociedade*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MINTZ, Sidney & DU BOIS, Christine M. “The anthropology of food and eating”. *Annual Review of Anthropology*, vol. 31, 2002.

POOVEY, Mary. *A History of the Modern Fact: Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1998.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SUREMAIN, C.E. de & KATZ, E. “Introduction: modèles alimentaires et recompositions sociales en Amérique Latine”. In: Charles-Édouard de Suremain and Esther Katz, *Anthropology of food* [Online], S4 | May 2008, Online since 28 May 2008, connection on 16 August 2014. URL : <http://aof.revues.org/4033>